



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**MENSAGEM Nº 032, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.**

**Senhora Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

A presente Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal reveste-se de caráter imperativo e urgente, tendo como escopo principal a modernização e a conformação do ordenamento jurídico do Município de Marco ao novo paradigma de contratações públicas instituído no Brasil pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A promulgação deste novo marco legal nacional, como se sabe, revogou expressamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC), consolidando um novo regime jurídico para as licitações e contratos administrativos em todas as esferas da Federação.

A análise detida dos dispositivos da nossa Lei Orgânica revela a existência de diversos preceitos que se tornaram obsoletos e incompatíveis com a Lei nº 14.133/2021. Termos como "concorrência pública", utilizados em contextos específicos, como na alienação de bens e na concessão de direito real de uso, possuem agora uma acepção distinta no novo diploma legal, o que impõe uma revisão terminológica e conceitual rigorosa para evitar interpretações equivocadas e a aplicação de procedimentos inadequados.

Nesse contexto, a presente Emenda propõe alterações pontuais e estratégicas em cinco artigos da Lei Orgânica, visando não apenas a atualização terminológica, mas a internalização dos princípios e das novas diretrizes que orientam a contratação pública moderna, tais como o planejamento, a transparência, a eficiência e a busca pela proposta mais vantajosa para a administração.

A alteração proposta para o **inciso XIX do artigo 103** visa modernizar a redação geral sobre a obrigatoriedade da licitação. A nova redação substitui a expressão genérica "licitação pública" por "processo licitatório", mais técnica e



## **Prefeitura Municipal de Marco**

### **Estado do Ceará**

abrangente, e faz remissão expressa às hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) previstas na legislação federal. Ademais, reforça os objetivos primordiais do certame: o tratamento isonômico e a seleção da proposta mais vantajosa, em sintonia com os princípios norteadores da Lei nº 14.133/2021.

No que tange ao **artigo 115**, que trata da permissão e da concessão de serviços públicos, a alteração é fundamental. A redação atual exige "concorrência pública" para as concessões. Contudo, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 29, prevê que a concessão de serviço público pode ser licitada tanto pela modalidade "concorrência" quanto pelo inovador "diálogo competitivo", este último especialmente adequado para contratações de natureza complexa. A alteração proposta remove a vinculação a uma única modalidade e estabelece que o processo licitatório observará as modalidades e critérios da legislação federal, conferindo à administração municipal a flexibilidade necessária para escolher o procedimento mais adequado a cada caso, garantindo maior eficiência e economicidade.

A modificação do artigo 116 tem o propósito de consolidar e ampliar o dever de licitar. A nova redação é mais explícita ao elencar as diversas naturezas de contratos administrativos sujeitos ao processo licitatório e reforça a vinculação do Município ao regime de normas gerais federais, sublinhando o dever de observância estrita de seus princípios e de promoção da máxima transparência, em alinhamento com instrumentos como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

As alterações mais significativas e que motivaram, em especial, esta Proposta, referem-se aos artigos 121 e 122, que regulam a alienação de bens e a concessão de direito real de uso. A redação vigente em ambos os artigos determina o uso da "concorrência pública". Ocorre que a Lei Federal nº 14.133/2021, de forma inequívoca em seu artigo 6º, inciso XL, e em seu artigo 76, inciso II, estabelece que a modalidade licitatória para a alienação de bens e para a outorga de concessão de direito real de uso é o leilão. A modalidade "concorrência", no novo regime, destina-se a objetos de grande vulto e complexidade técnica, como obras e serviços especiais de engenharia, não se aplicando mais à alienação de patrimônio público.



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

A manutenção da redação atual do artigo 122, por exemplo, obrigaria o Município a utilizar uma modalidade licitatória (concorrência) inadequada e ilegal para a concessão de direito real de uso, o que resultaria na nulidade do procedimento e em potenciais prejuízos ao erário. A presente Emenda corrige essa grave dissonância, substituindo a menção à "concorrência pública" pela modalidade correta, "leilão", e mantendo as salvaguardas essenciais da avaliação prévia do bem e da necessidade de autorização legislativa, garantindo o controle e a proteção do patrimônio municipal. A atualização dos parágrafos destes artigos também se faz necessária para alinhar as hipóteses de dispensa de licitação com as situações previstas na nova legislação federal, assegurando a coerência do sistema.

Diante do exposto, a aprovação desta Emenda à Lei Orgânica é uma medida de responsabilidade administrativa e de compromisso com a legalidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos. A adequação de nossa Lei Maior municipal ao novo regime nacional de contratações públicas é um passo indispensável para o desenvolvimento de Marco, garantindo que as contratações sejam realizadas com segurança, celeridade e em estrita conformidade com os mais modernos e eficazes preceitos do Direito Administrativo.

Por essas razões, conclamamos a Câmara Municipal a apoiar e aprovar integralmente a presente Proposta.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 22 de setembro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

**PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 032, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.**

**ALTERA OS ARTIGOS 103, 115, 116, 121 E 122 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MARCO, PARA ADEQUAR AS NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, ALIENAÇÃO DE BENS E CONCESSÃO DE SERVIÇOS E DE DIREITO REAL DE USO AO NOVO REGIME ESTABELECIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARCO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 49, I, da Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de adequar e esclarecer as normas relativas à denominação de prédios públicos, apresenta o seguinte **Projeto de Emenda à Lei Orgânica**:

**Art. 1º.** A Lei Orgânica do Município de Marco passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o inciso XIX do art. 103 passa a vigorar com a seguinte redação:

---

*"Art. 103. (...)*

*XIX - ressalvadas as hipóteses de contratação direta especificadas na legislação federal aplicável, as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações serão contratadas mediante processo licitatório que assegure o tratamento isonômico a todos os concorrentes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios e as normas gerais estabelecidas na legislação federal pertinente."* (NR)

---

II - o art. 115 passa a vigorar com a seguinte redação:

---

*"Art. 115. A permissão de serviços públicos, sempre a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após procedimento que demonstre a conveniência e oportunidade da medida e a idoneidade do permissionário. A concessão de serviço público será sempre precedida do devido processo*



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

*licitatório, com autorização legislativa, mediante contrato, observadas as modalidades e os critérios estabelecidos na legislação federal." (NR)*

---

III - O art. 116 passa a vigorar com a seguinte redação:

---

*"Art. 116. A contratação de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito dos Poderes do Município obedecerá ao regime estabelecido na legislação federal que rege as normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, devendo o Município zelar pela estrita observância de seus princípios e pela máxima transparência de seus procedimentos." (NR)*

---

IV - O art. 121 passa a vigorar com a seguinte redação:

---

*"Art. 121. A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e de licitação na modalidade leilão, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação federal;*

*II - quando móveis, dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada esta nos casos previstos na legislação federal, especialmente a doação, que será permitida exclusivamente para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação." (NR)*

---



**Prefeitura Municipal de Marco**  
Estado do Ceará

V - O art. 122 passa a vigorar com a seguinte redação:

---

*"Art. 122. O Município, preferencialmente à venda, doação ou permuta de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, sempre precedida de autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.*

*§ 1º A licitação poderá ser dispensada, por lei específica, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais sem fins lucrativos, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado, em conformidade com as hipóteses legalmente previstas na legislação federal que rege a matéria.*

*§ 2º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes ou resultantes de obras públicas, que se tornarem inaproveitáveis isoladamente, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, observada a legislação federal para a dispensa de licitação." (NR)*

---

**Art. 2º.** Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, Ceará, aos 22 de setembro de 2025.

**Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto**  
Prefeito Municipal